

1ª Edição

Marlise Della Flora Sabadi

Fabrizio Engel Corrêa

Eduardo Carvalho Guedes

Bruno Gonçalves Meirelles

Saul Frohlich

Silvana Andres Della Flora

Vittorio de Freitas Feliciani

RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL

São Paulo | 2026



1ª Edição

Marlise Della Flora Sabadi

Fabricao Engel Corr ea

Eduardo Carvalho Guedes

Bruno Gonçalves Meirelles

Saul Frohlich

Silvana Andres Della Flora

Vittorio de Freitas Feliciani

RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL

São Paulo | 2026



1.^a edição

Autores

Marlise Della Flora Sabadi

Fabrcio Engel Corrêa

Eduardo Carvalho Guedes

Bruno Gonçalves Meirelles

Saul Frohlich

Silvana Andres Della Flora

Vittorio de Freitas Feliciani

**RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O
SERVIÇO SOCIAL**

ISBN 978-65-6054-348-5



**RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O
SERVIÇO SOCIAL**

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHÉ
2026

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY-NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

R374 Relação dos movimentos sociais e o serviço social [livro eletrônico] /
Marlise Della Flora Sabadi... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo, SP:
Editora Arché, 2026.
51 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-6054-348-5

1. Serviço social – Brasil. 2. Movimentos sociais –
Fundamentos e prática profissional. 3. Formação profissional –
Serviço social. 4. Políticas sociais – Estudos acadêmicos. I. Sabadi,
Marlise Della Flora. II. Corrêa, Fabrício Engel. III. Guedes, Eduardo
Carvalho. IV. Meirelles, Bruno Gonçalves. V. Frohlich, Saul. VI. Della
Flora, Silvana Andres. VII. Feliciani, Vittorio de Freitas.

CDD 361.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright* © 2026 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista e José Rafael Santos da Silva.

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos,

Ilustrações: José Rafael Santos da Silva, Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista.

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos, José Rafael Santos da Silva e Talita Tainá Pereira Batista.

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORIA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutornada Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubiraniize Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciências Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Universidad del Sol (UNADES)

Doutor. Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

RESUMO

Este e-book tem como objetivo analisar a relação entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais, a partir de suas bases teóricas, para entender como essa temática tem sido considerada nas investigações e produções dos assistentes sociais. A pesquisa é de caráter exploratório e adota uma abordagem qualitativa, utilizando fontes bibliográficas. Os resultados iniciais mostram que, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, apesar dos esforços para aproximar essas áreas no âmbito do projeto profissional, a relevância dos Movimentos Sociais tem diminuído no número de estudos e produções dentro do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Movimentos sociais. Fundamentos. Formação profissional. Prática profissional.

ABSTRACT

This ebook aims to analyze the relationship between Social Work and Social Movements, based on their theoretical bases, in order to understand how this theme has been considered in the investigations and productions of social workers. The research is exploratory in nature and adopts a qualitative approach, using bibliographic sources. The initial results show that, both in quantitative and qualitative terms, despite the efforts to bring these areas closer together within the scope of the professional project, the relevance of Social Movements has decreased in the number of studies and productions within Social Work.

Keywords: Social Work. Social Movements. Fundamentals. Professional training. Professional practice.

RESUMEN

Este libro electrónico analiza la relación entre el Trabajo Social y los Movimientos Sociales, a partir de sus fundamentos teóricos, para comprender cómo se ha abordado este tema en la investigación y la producción de los trabajadores sociales. La investigación es de carácter exploratorio y adopta un enfoque cualitativo, utilizando fuentes bibliográficas. Los resultados iniciales muestran que, tanto cuantitativa como cualitativamente, a pesar de los esfuerzos por integrar estas áreas en el ámbito profesional, la relevancia de los Movimientos Sociales ha disminuido en el número de estudios y producciones dentro del Trabajo Social.

Palabras-clave: Trabajo social. Movimientos sociales. Fundaciones. Formación profesional. Práctica profesional.

INTRODUÇÃO

A trajetória do Serviço Social no Brasil tem se caracterizado por uma ruptura com o conservadorismo, buscando uma abordagem teórica e política que supere o enfoque empirista e pragmático associado a essa tendência. Esse processo teve seu início com o Movimento de Reconceituação na América Latina, que visava superar o Serviço Social Tradicional a partir da metade da década de 1960, chegando ao Brasil como um Movimento de Renovação Profissional na segunda metade dos anos 1970.

A desintegração das bases clássicas do Serviço Social ocorreu em sintonia com as características do capitalismo monopolista. O conflito entre as movimentações populares e o modelo reformista autoritário-burguês estimulou uma reavaliação, em aspectos teóricos, práticos e políticos, promovendo uma autocritica dentro da profissão e gerando uma perspectiva mais crítica em relação à sua atuação. As mudanças político-ideológicas foram viabilizadas pelo surgimento das organizações de classe trabalhadora e pelo diálogo com a tradição marxista (MORO; MARQUES, 2011).

Durante esse período, com a elaboração do Projeto Profissional de Ruptura, fundamentado na teoria social marxista e em diálogo constante

com entidades da área, foram revisados a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional. O intuito foi “[...] atuar de forma mais efetiva na proteção dos direitos humanos e no apoio aos movimentos sociais, alinhando-se aos interesses da classe trabalhadora e suas organizações sociais” (SOUZA; CASTRO, 2013, p.2).

Estabelece-se a suposição de que a relação entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais possibilita que esse assunto influencie tanto as produções dessa área profissional quanto se torne um ponto central na formação e na atuação profissional. Assim, esta pesquisa busca compreender o estado atual da inclusão da temática dos Movimentos Sociais como foco de estudo para os assistentes sociais, por meio de investigações e da literatura disponível.

Com o intuito de atingir esse objetivo, o livro organiza-se em duas partes. A primeira parte descreve a formação da ligação entre Serviço Social e Movimentos Sociais sob a perspectiva dos princípios da profissão. Na segunda parte, é apresentado o cenário contemporâneo da inclusão dos Movimentos Sociais como elemento central na formação, na atuação e nas produções teóricas da categoria profissional.

As investigações e os resultados expostos neste trabalho foram elaborados por meio de uma revisão da literatura, com o intuito de entender os conceitos teóricos que envolvem os princípios do Serviço Social e sua conexão com os movimentos sociais, além da integração da discussão sobre esses movimentos na construção do conhecimento da área. Esta pesquisa possui um caráter qualitativo e exploratório, fundamentado na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	17
GÊNESE E A EROÇÃO DO TRADICIONALISMO NO SERVIÇO SOCIAL	
CAPÍTULO 02	20
O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO E A INTENÇÃO DE RUPTURA	
CAPÍTULO 03	30
O COMPROMISSO INVESTIGATIVO E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE	
CAPÍTULO 04	39
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	43
ÍNDICE REMISSIVO	46

CAPÍTULO 01

GÊNESE E A EROSÃO DO TRADICIONALISMO NO SERVIÇO SOCIAL

GÊNESE E A EROSÃO DO TRADICIONALISMO NO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social tem suas origens no Brasil na década de 1930, surgindo como resposta às consequências do capitalismo, em um cenário econômico e social que pesava sobre os trabalhadores, intensificando o conflito entre a classe trabalhadora e o Estado, este último defendendo os interesses da elite dominante. Nesse período, o Serviço Social aparece como uma iniciativa do Estado e de diversos setores da burguesia, fundamentando-se nas doutrinas sociais da Igreja Católica, influenciadas pela Europa (notadamente pelo pensamento franco-belga) e pela filosofia tomista e neotomista, alinhando-se também a uma perspectiva reformista do conservadorismo.

Os objetivos iniciais de caráter político e social do Serviço Social no Brasil foram direcionados por uma perspectiva humanista conservadora, afastando-se tanto das propostas liberais quanto das marxistas e desconectando-se das demandas das classes populares. A abordagem reformista, com uma inclinação empiricista e pragmática do conservadorismo, dominou a prática profissional até o final dos anos

1950, alicerçada nos fundamentos teóricos e políticos do Serviço Social Tradicional.

As transformações no panorama econômico e político sinalizam a ideia de "erosão", conceito mencionado por Netto (1996), em relação ao tradicionalismo. A rápida industrialização e urbanização que ocorreram no Brasil durante a década de 1950, alinhadas ao projeto desenvolvimentista, juntamente com o estabelecimento do regime autocrático burguês na década de 1960, intensificaram as distorções da questão social. Essas questões foram abordadas pelo Estado ditatorial por meio de políticas sociais cada vez mais centralizadas e direcionadas, resultando na criação de novas instituições públicas encarregadas do planejamento e da implementação dessas políticas.

Conforme Netto (1981, p. 74), em função da complexidade da situação sociopolítica, há uma demanda por um novo modelo de atuação profissional, uma vez que “os padrões de atuação do Serviço Social tradicional não se alinham com o mínimo de eficácia que a transformação social iniciada [...] em 1964 pela ditadura brasileira requer”.

CAPÍTULO 02

O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO E A INTENÇÃO DE RUPTURA

O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO E A INTENÇÃO DE RUPTURA

Inserido nas mudanças contextuais, o abandono do tradicionalismo exige um esforço tanto teórico quanto político, resultante da "recusa a uma abordagem mais burocrática e da busca por reformas sociais [...]". Nesta perspectiva, a categoria profissional procura "um método de trabalho social que seja mais crítico, ativo e propositivo, em face das particularidades da realidade social" (Pereira Oliveira, 2019, p. 144). Dessa forma, observa-se um movimento contraditório com o processo de superação do Serviço Social Tradicional marcada pela ascensão do Movimento de Reconceituação, que tem um caráter latino-americano, conhecido no Brasil como Movimento de Renovação. Kamitani (2007) enfatiza que a Reconceituação surgiu em um contexto de fortalecimento da organização dos trabalhadores e do aumento das lutas de classe, como resultado do declínio da longa onda expansiva do capital no final dos anos 1960, que gerou uma crise de grandes proporções na década seguinte, intensificando as contradições do capitalismo.

A investigação teórica do Serviço Social, entre os anos 1960 e 1980, levou a profissão a participar de seminários e congressos, onde foram estabelecidos diálogos e debates que caracterizam o Movimento de Renovação. Conforme aponta Netto (1996), esse movimento se organiza em três tendências principais. A primeira delas é a modernização conservadora, que, embora atue em um processo de modernização, preserva um componente conservador. Essa abordagem começa a se firmar na metade da década de 1960 e se apresenta como uma orientação para o Serviço Social, fornecendo um suporte técnico aos valores tradicionais da área. De acordo com Yazbek (2009, p. 8), “influencia-se por concepções funcionalistas, estruturalistas e positivistas, que visam a mediação do desenvolvimento social e o enfrentamento da marginalidade e da pobreza sob a ótica da integração social”. Já a reatualização do conservadorismo aparece por volta da década de 1970, inspirada na fenomenologia, com foco nas práticas individuais e, conforme Yazbek (2009), priorizando as ideias de pessoa, diálogo e transformação dos indivíduos.

A mais recente tendência, que atualmente é vista como dominante na profissão, surgiu entre os anos 1970 e o início da década de 1980. Ela

se distingue das demais correntes por ser a única que propõe uma superação total do conservadorismo, e é conhecida como Intenção de Ruptura. Esta abordagem traz fundamentos teórico-metodológicos e práticos que se afastam do tradicionalismo profissional, estabelecendo, no contexto ideológico e político, uma clara ruptura com o conservadorismo histórico do Serviço Social. Durante a crise e o enfraquecimento da autocracia burguesa, a abertura política facilita o retorno de vários grupos políticos coletivos, tais como sindicatos, partidos e movimentos sociais, que visam processos de mobilização, organização e reivindicação de direitos e políticas sociais (Paulista, 2009, p. 72). Nesse contexto, essa perspectiva transcende os debates acadêmicos e permeia diferentes setores profissionais.

Conforme apontado por Yazbek (2009), essa tendência liga a profissão à consciência de sua posição na estrutura de classes sociais, estabelecendo um vínculo com o marxismo e introduzindo a teoria social de Marx como base teórica no Serviço Social da América Latina. Embora essa conexão tenha surgido de forma limitada e marcada por um forte pragmatismo, com o uso de manuais populares e partidários em vez de fontes originais (Silva, 2007), a partir da década de 1980, observa-se uma

maior interação com os textos marxistas, proporcionando uma nova diretriz para o pensamento e a prática do Serviço Social no Brasil e conferindo à profissão um desenvolvimento intelectual significativo.

Nesse contexto, o desenvolvimento acadêmico e profissional obtido durante o processo de renovação proporcionou ao Serviço Social a oportunidade de se posicionar e se defender em relação aos grupos coletivos que se manifestam na sociedade brasileira (Moro; Marques, 2011). Moro e Marques (2011, p. 26) mencionam Santos (1985) ao afirmarem que a percepção do assistente social como membro da classe trabalhadora o direciona a alternativas políticas e profissionais com os movimentos sociais, reforçando as ambições democráticas e populares, e expandindo as possibilidades de participação, poder e influência dessa categoria profissional.

Yazbek (2009) destaca que a adoção e a formulação de novos paradigmas teórico-metodológicos e práticos na profissão ocorreram em meio a um extenso debate entre os profissionais da área, caracterizado pelo pluralismo de várias correntes, embora a tradição marxista tenha maior predominância. A partir da introdução dessa abordagem marxista e do aprofundamento das questões profissionais do Serviço Social, por

meio de uma análise crítica da realidade e de um diálogo significativo entre os profissionais, o comprometimento político com a classe trabalhadora começou a ser uma parte integrante da atuação dos assistentes sociais.

Moro e Marques (2011) destacam que essa escolha de caráter ético e político se manifestou inicialmente através da organização política da profissão por meio de suas entidades, com ênfase na Associação Nacional dos Assistentes Sociais (1983). Essa associação buscava integrar profissionais engajados nas lutas sociais. O objetivo era não só fortalecer a conexão da profissão com as lutas da classe trabalhadora, mas também "assegurar a promoção das necessidades específicas da categoria, como o plano de cargos e carreiras dos servidores públicos federais (PCC), além das condições de trabalho, salários e carga horária dos assistentes sociais".

Segundo Abramides e Cabral (2009, p. 97), a conexão entre entidades e movimentos sociais enriquece “[...] a interligação entre a prática profissional e as campanhas sociais pela defesa de direitos, que adquire relevância no campo da luta institucional após a aprovação da Constituição em 1988”. A continuidade da participação profissional nas

batalhas dos trabalhadores, a preservação da dimensão político-organizacional para a revitalização do Serviço Social junto aos movimentos sociais e a evolução de sua compreensão são impulsionadas pelo crescimento teórico e intelectual da profissão (Moro; Marques, 2011). Isso se deve, de forma não exclusiva, mas fundamentalmente, ao progresso proporcionado pela teoria social marxista.

Esse referencial teórico é, posteriormente, assimilado pela grande parte da categoria, conferindo à profissão uma compreensão clara sobre sua essência e importância social (ARAÚJO, 2008). Moro e Marques (2011, p. 27, destaques dos autores) apontam que é precisamente através do reconhecimento e “[...] da organização dos assistentes sociais como profissionais e sujeitos atuantes que se pode conceber a formação de um vínculo orgânico entre o Serviço Social e os movimentos sociais”. A perspectiva marxista integrada nas diretrizes profissionais se manifesta como uma rejeição e um combate ao conservadorismo na profissão, rompendo com a [...] abordagem histórica e técnico-burocrática que caracterizou a formação inicial da profissão (ARAÚJO, 2008). Essa abordagem se concretiza no projeto ético-político do Serviço Social. De maneira fundamental, esse projeto profissional une a representação ideal

da profissão, os valores que a sustentam, sua função social e os conhecimentos teóricos e práticos, entre outros aspectos (Netto, 2006). Ele está associado a “[...] um projeto de sociedade que busca a criação de uma nova ordem social, livre de exploração e dominação por classes, etnias ou gênero” (NETTO, 1999, p. 15).

A opção ético-política desenvolvida e aprimorada no projeto de transformação criou um vínculo mais próximo com os movimentos sociais no contexto da formação profissional, na atuação político-organizacional da categoria e nas práticas profissionais. Segundo Duriguetto (2014), ao explorar a interação do Serviço Social com os processos de mobilização e organização da comunidade, destaca as diretrizes estabelecidas que se alinham a essa abordagem, como a Lei de Regulamentação Profissional (1993) e o Código de Ética Profissional (1993). Essas diretrizes vão além de meras normas, funcionando como orientações táticas, estratégicas e ético-políticas. É importante ressaltar os trechos desses documentos mencionados pela autora, que evidenciam o apoio à conexão entre a atuação profissional do Serviço Social e as lutas coletivas.

A legislação que regulamenta a profissão de Assistente Social, aprovada em 1996, no seu artigo 4º, inciso IX, estabelece que uma das atribuições desse profissional é "oferecer assistência e suporte aos movimentos sociais em questões relacionadas às políticas sociais, bem como na promoção e proteção dos direitos civis, políticos e sociais da população". O Código de Ética de 1993 também destaca a interação com as lutas coletivas como um direito da profissão, ao afirmar que é dever do assistente social "apoiar e/ou participar de movimentos sociais e organizações populares que lutam pela consolidação e expansão da democracia e dos direitos de cidadania" (art. 12, inciso b), além de "respeitar a autonomia dos movimentos populares e das entidades que representam as classes trabalhadoras" (art. 13, inciso c).

A conexão entre o Serviço Social e os movimentos sociais se manifesta também na formação profissional, que foi integrada e reforçada nas Diretrizes Curriculares de 1996. Isso visa atender a um perfil profissional crítico, promovendo “a articulação entre teoria e prática, através da intersecção das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com base nos princípios das Diretrizes Curriculares” (MAROZENE; BRITTO; FERREIRA, 2018, p.7).

A jornada examinada até o momento, por meio da compreensão dos princípios do Serviço Social, permitiu observar o desenvolvimento de um projeto profissional e de uma formação que valoriza a interação entre teoria e prática, alinhada às lutas coletivas, apoiando uma atuação profissional voltada para as classes populares. Da mesma forma, devido ao aspecto investigativo da profissão, a conexão entre os assistentes sociais e os processos de mobilização popular deve ser integrada nas pesquisas e nas produções teóricas desses profissionais.

CAPÍTULO 03

O COMPROMISSO INVESTIGATIVO E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

O COMPROMISSO INVESTIGATIVO E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

A atenção dedicada à intersecção entre Movimentos Sociais e Serviço Social no contexto contemporâneo evidencia-se pela característica intrínseca de investigação da profissão. Isso ocorre pelo entendimento de que "a condução da pesquisa pelo profissional, no âmbito da razão dialética, favorece uma análise crítica e reflexiva sobre os aspectos da realidade, aspirando a transcender uma visão apenas superficial para alcançar a essência dos fenômenos" (COSTA; GONÇALVES, 2020, p. 125).

Sem a proposta de priorizar a formação em detrimento da prática profissional, nem de simplificar a relação entre teoria e prática, o objetivo é ressaltar que os debates e reflexões no contexto educacional podem gerar intervenções mais qualificadas nas atuações com os movimentos sociais. Isso se deve ao fato de que “não se pode extrair diretamente da teoria diretrizes para a ação, seja na prática profissional ou interventiva. Contudo, uma prática inovadora e eficaz não poderá existir sem que esteja fundamentada em conhecimentos consistentes e verdadeiros” (NETTO, 2011, p. 21).

A defesa dessa visão surge através do diálogo com o marxismo, que trouxe uma evolução intelectual à profissão, especialmente com a criação de cursos de pós-graduação a partir da década de 1970. Nesse contexto, o campo passou a se apropriar das discussões contemporâneas das Ciências Sociais, desenvolvendo pesquisas sobre a natureza de suas intervenções, seus métodos, formação, história e o contexto em que atua como profissão. A importância da pesquisa é enfatizada nas Diretrizes Curriculares (1996), sendo apresentada como um elemento fundamental para a formação e prática profissional, além de servir como um recurso para os profissionais analisarem, interagirem com a realidade e oferecerem alternativas a ela (SILVA, 2007).

A adoção e a valorização da abordagem investigativa pelos assistentes sociais se mostram fundamentais, uma vez que a realidade vivida na prática profissional é uma rica fonte de aprendizado, tornando essencial o entendimento dessa realidade para atender às suas demandas (Costa; Gonçalves, 2020). Assim, torna-se crucial integrar os temas que compõem o campo de intervenção da profissão. Ao considerar os movimentos sociais como parte integrante dos documentos normativos da profissão e levando em conta os desdobramentos que impactam essas lutas

e movimentos na conjuntura neoliberal desde a década de 1990, sua relevância para as pesquisas realizadas pelos assistentes sociais se estabelece.

Pesquisas já evidenciam essa inquietação. Iamamoto (2011, p. 461) ao analisar a categorização dos eixos temáticos nos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, observa que “[...] a área temática com menor ênfase na pesquisa está relacionada aos conflitos e movimentos sociais, processos de organização e mobilização comunitária”. Essa preocupação é complementada pelo estudo de Guimarães (2022), que ao revisar os projetos políticos-pedagógicos de cursos presenciais na região Nordeste, identifica algumas tendências no cenário acadêmico: a discussão sobre as lutas e movimentos sociais não se manifesta de maneira significativa em termos de conteúdos e referências, especialmente em relação à profissão e à sua prática; o papel dos assistentes sociais em colaboração com movimentos sociais não é um tema amplamente debatido; há a presença de lógicas contraditórias que divergem dos debates coletivos da categoria, o que indica acentuadas disputas teóricas e políticas dentro da formação.

Um aspecto fundamental para entender essa situação reside nos processos que afetam a educação superior. Guimarães (2020, p. 44) destaca que a aprovação das Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação (CME/MEC) age como um contraponto à orientação social da formação profissional dos assistentes sociais, resultando em "distorções, reducionismos e desinternações em relação à proposta original elaborada para a formação de assistentes sociais no Brasil, com impactos significativos nos caminhos da formação e na prática profissional". As repercussões se acumulam à medida que os pressupostos que fundamentam a concepção de formação profissional desaparecem, e princípios como a adoção de uma teoria social crítica, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a ética como elemento formativo e o pluralismo na busca pela orientação social da formação profissional foram eliminados e/ou sofreram alterações drásticas que resultaram em seu enfraquecimento. Os núcleos essenciais enfrentam os maiores reducionismos, apresentando uma lógica desconfigurada, enquanto disciplinas básicas e as concepções da ABEPSS sobre matérias, seminários temáticos, oficinas, entre outros, também se perdem. Tudo isso acaba sendo determinado pelas definições dos colegiados de curso.

A situação observada é considerada uma preocupação na análise de Dias (2021), que questiona se a categoria profissional está desconectada dos movimentos sociais. As discussões também se concentram na formação acadêmica, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação. Por meio da análise realizada pela ABEPSS (2022), ao examinar os planos pedagógicos dos cursos de Serviço Social em instituições públicas, é possível notar, conforme os apontamentos de Dias (2021), que embora a temática dos Movimentos Sociais seja abordada nas disciplinas, os resultados indicam “que a formação, mesmo com uma orientação criticamente hegemônica e progressista, resulta em uma baixa aproximação dos alunos de Serviço Social com os debates sobre movimentos sociais e suas vivências nesses contextos” (Dias, 2021 apud ABEPSS, 2022, p. 40).

A significativa desconexão entre o Serviço Social e a abordagem das lutas e movimentos sociais, observada nesta apresentação, pode indicar um vínculo com o avanço do neoliberalismo desde os anos 1990. A agenda neoliberal tem promovido um ataque às lutas e movimentos sociais como uma estratégia para reestruturar o capital, distorcendo, em termos ideológicos e políticos, as mobilizações coletivas por meio da

criminalização e punição, o que, apesar das resistências, prejudica as organizações populares em suas interações com os âmbitos institucionais e extrainstitucionais.

Um aspecto significativo da relação conjuntural está intimamente relacionado ao próprio projeto profissional do Serviço Social, considerando seu processo de formação que foi impulsionado pela força política dos setores progressistas da área, que reconheceram e integraram a influência dos movimentos e organizações dos trabalhadores no final dos anos 1970, conforme destaca Duriguetto (2014). Netto (2006) também observa que o avanço e a continuidade do projeto ético-político profissional do Serviço Social, diante das pressões exercidas pelas forças neoliberais, dependem da adesão da maioria dos profissionais e do fortalecimento dos movimentos democráticos e populares, os quais sofreram desestabilização e pressão nos últimos anos.

Ainda no que diz respeito ao contexto atual que pode, de certa forma, estar relacionado a essa diminuição em relação aos movimentos sociais, destaca-se a atuação da ofensiva conservadora. Essa atuação, influenciada pela pós-modernidade e pelas retrocessos impostos pelo neoliberalismo, tende a levar a uma maior tecnificação do Serviço Social,

subordinando-o ao pragmatismo e ao empirismo. Segundo Mota e Amaral (2014, p. 41), os desafios impostos pela situação atual “buscam reduzir o projeto profissional à sua viabilidade prática, tecnificando-o e introduzindo uma racionalidade e instrumentalidade que negam seus princípios e objetivos”. Dessa forma, percebemos que desvincular-se das lutas e dos movimentos sociais resulta em uma fragilização do projeto profissional da área, além de ir de encontro à Lei de Regulamentação como competência profissional e negar um direito que está estabelecido no Código de Ética.

Esse debate é complementado pela evidência da ligação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, que se relaciona com os princípios ético-políticos da profissão. Essa conexão revela um conjunto de oportunidades para intervenções que visam fortalecer as lutas e os movimentos sociais. Segundo Duriguetto (2014), essas oportunidades consistem em promover a organização e mobilização dos indivíduos, seja por meio do desenvolvimento de ações junto aos movimentos sociais para identificar as suas necessidades, contribuir na elaboração de estratégias que garantam a defesa e o acesso aos seus direitos, ressaltar a importância da participação desses movimentos em fóruns, conselhos e conferências, além de promover a troca de experiências com outros movimentos e

organizações populares. Da mesma forma, através de parcerias com entes que representam os interesses da população, os assistentes sociais podem ajudar na discussão das políticas e na criação de alternativas para suas reivindicações, especialmente pela disseminação de informações sobre essas políticas, fundamentadas em suas experiências profissionais.

CAPÍTULO 04

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

O Serviço Social está conectado aos movimentos sociais, mesmo que de forma conservadora, desde o surgimento da profissão, ao estabelecer vínculo com o fundamento histórico de ativismo da Igreja Católica. A superação dessa relação tradicional se destaca com o Movimento de Reconceituação, particularmente no contexto do movimento histórico de Intenção de Ruptura, resultante da quebra com os alicerces tradicionais/conservadores e da reavaliação dos princípios fundamentais da sociedade capitalista.

A busca por uma mudança significativa surge em conjunto com a emergência do processo democrático no Brasil, formando, a partir dessa época, uma conexão intrínseca entre o Serviço Social e os movimentos sociais, além das batalhas coletivas pela redemocratização do país. Essa associação da profissão com os movimentos e as lutas sociais se fortalece com o desenvolvimento do projeto profissional, assim como com a criação da Lei que regulamenta a profissão, do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares.

Embora haja uma conexão com as lutas e movimentos sociais, o cenário atual revela que essa relação está enfraquecida em três aspectos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos: primeiramente, observa-se uma queda nas produções dos assistentes sociais que tratam desse assunto; em segundo lugar, no ensino superior, tanto em graduação quanto em pós-graduação, a discussão sobre essa relação não está recebendo a devida atenção, resultando em investimentos limitados em pesquisas, além de uma escassez de referências que explorem a sua ligação com a atuação profissional; por último, o número de trabalhos divulgados que abordam relatos e experiências do exercício profissional fora do ambiente institucional é bastante reduzido.

A apreensão em relação a essa situação se intensifica ao considerarmos que a dimensão investigativa é fundamental para a atuação do Serviço Social, evidenciando que é imprescindível compreender antes de agir. Ao aplicar esse princípio aos estudos sobre as lutas e movimentos sociais, constatamos que a crescente desmobilização das lutas coletivas organizadas, provocada pelo capitalismo, pode obscurecer a conexão e a relação com o Serviço Social. Além disso, essa inquietação pode ser estendida ao contexto interno da profissão, uma vez

que há uma tendência de retorno a práticas mais empíricas e pragmáticas dentro da categoria, o que implica uma visão que psicologiza os indivíduos, prejudicando, assim, a direção política do projeto profissional contemporâneo.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. M. S. **O Serviço Social como Trabalho: alguns apontamentos sobre o debate.** Serviço Social & Sociedade, n. 93, p. 5-28, 2008.

COSTA, L; R. S. T; GONÇALVES, M. da C. V. **Relação entre Dimensão investigativa e Serviço Social.** In: SANTOS, V. N.; GONÇALVES, M. da C. V. (org.). Exercício Profissional em Serviço Social numa conjuntura adversa. São Cristóvão/SE. Editora UFS, 2020.

DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas.** In: ABRAMIDES, B; DURIGUETTO, M. L (orgs.) Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

KAMITANI, E. **A crise do capital: uma resenha sobre a obra de Ernest Mandel.** Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar, n. 12, abr./maio/jun./jul. 2007.

MARONEZE, L. F. Z.; BRITO, D. F. de; FERREIRA, P. H. C. **A Formação Profissional do/a Assistente Social no Contexto da Reforma do Ensino Superior no Brasil: Desafios ao Exercício Crítico da Profissão.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. Anais [...]. Vitória: ABEPSS, 2018.

MARQUES, M. G. **A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade.** In: In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Vitória, ES. Anais [...]. Vitória: ABEPSS, 2010.

MOTA, A. E.; AMARAL, Â. **Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000.** In: MOTA, A. E; AMARAL, Â. (org.).

Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 23-43.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético político do Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez. 2006.

SILVA, J. F. S. de. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social.** Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007.

SOUZA, R. S. de; CASTRO, A. G. **Movimentos Sociais, Serviço Social e direitos humanos no Brasil.** In: Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. Florianópolis, 2013.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.** In: CFESS/ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABEPSS, 426, 430

Abramides, 387

Ações profissionais, 396, 440

Ambições democráticas, 382

Aproximação com movimentos
sociais, 308, 430, 431

Assistente Social, 306, 329, 382,
384, 385, 386, 391, 400, 401,
404, 415, 416, 419, 420, 421,
424, 441, 451

Associação Nacional dos
Assistentes Sociais, 385

Atuação profissional, 321, 324,
328, 332, 355, 359, 362, 366,
384, 387, 396, 399, 400, 403,
412, 416, 434, 437, 452, 454

Autocracia burguesa, 357, 377

C

Capitalismo, 323, 352, 368, 448,
455

Classe trabalhadora, 325, 327,
352, 382, 384, 386, 401

Código de Ética Profissional,
326, 397, 401, 437, 450

Compromisso ético-político,
384, 393, 396, 433, 438, 456

Comunidade, 397, 419

Conhecimento, 333, 394

Conservadorismo, 321, 353, 354,
355, 356, 371, 372, 374, 375,
376, 392, 434, 447, 448

Constituição de 1988, 387

D

Democracia, 401, 433, 449

Desenvolvimento acadêmico,

381, 388, 414

Direito de cidadania, 401

Direitos civis, 400

Direitos humanos, 327, 400

Diretrizes Curriculares, 402, 415,

424, 450

E

Educação superior, 423, 424, 452

Empirismo, 321, 355, 435, 456

Entidades da área, 326, 385, 387

Escassez de referências, 452

Estudos de caso, 345

F

Fenomenologia, 374

Formação profissional, 309, 314,

319, 328, 331, 332, 392, 396,

402, 403, 412, 415, 424, 425,

429, 430, 432, 452

Fundamentos teóricos, 306, 309,

314, 319, 333, 353, 355, 375,

380, 389, 413, 447, 448

I

Instituições públicas, 358, 430

Intenção de Ruptura, 364, 375,

448

Investigação, 306, 311, 316, 329,

333, 337, 369, 404, 409, 410,

411, 415, 416, 454

L

Lei de Regulamentação da

Profissão, 326, 397, 400, 437,

450

Literatura, 329, 333

Luta de classes, 368

Lutas sociais, 325, 377, 382, 385,

386, 387, 388, 391, 399, 401,

403, 418, 420, 431, 439, 449,
451, 455

M

Marxismo (tradição marxista),
325, 326, 379, 380, 383, 389,
390, 392, 414

Materialismo histórico-dialético,
334

Modernização conservadora, 371

Movimento de Reconceituação,
322, 367, 368, 448

Movimento de Renovação
Profissional, 322, 364, 367, 369,
370, 381

Movimentos Sociais, 263, 265,
306, 308, 309, 311, 313, 314,
316, 318, 319, 327, 328, 329,
331, 332, 333, 377, 381, 382,
387, 388, 391, 396, 397, 400,

401, 404, 410, 412, 418, 419,
420, 421, 428, 430, 431, 432,
433, 434, 437, 438, 439, 440,
447, 448, 449, 450, 451, 452, 455

N

Neoliberalismo, 418, 431, 433,
434

O

Open access, 271, 303

Organizações populares, 327,
354, 377, 401, 404, 431, 440

P

Perícia criminal, 337, 341, 343,
407

Pesquisa qualitativa, 307, 312,
317, 334

Pluralismo, 383, 425

Políticas sociais, 358, 377, 400,
441

Pós-graduação, 414, 419, 429,
452

Pragmatismo, 321, 355, 380,
435, 456

Produção teórica, 306, 308, 311,
313, 316, 318, 328, 332, 404, 451

Projeto Ético-Político, 326, 393,
394, 395, 396, 432, 433, 436,
437, 438, 450, 456

Q

Questão social, 357

R

Realidade social, 324, 334, 366,
384, 411, 415, 416

Reatualização do
conservadorismo, 374

Revisão de literatura, 333

S

Serviço Social (história no
Brasil), 321, 322, 323, 352, 353,
354

Sindicatos, 377, 385

T

Tecnificação, 435, 436

Teoria social crítica, 326, 375,
376, 379, 389, 411, 414, 425

Trabalho profissional, 366, 386,
396, 430, 437, 440, 452, 453

Tradicionalismo, 321, 349, 351,
355, 356, 359, 365, 367, 372,
376, 447, 448

RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.
São Paulo- SP.
Telefone: +55(11) 5107- 0941
<https://periodicorease.pro.br>
contato@periodicorease.pro.br

RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL

